

Ex.mo Senhor  
Presidente da Assembleia Legislativa  
Regional dos Açores



**ASSUNTO: PARECER SOBRE O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 165/XII – “A PROMOÇÃO DO LIVRO E DA LEITURA NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES COMO UMA DAS ESTRATÉGIAS DE COMBATE À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL”**

Em boa hora foi criado o Plano Regional de Leitura, com objetivos e *modus operandi* muito bem definidos e pertinentes. Contudo, e como biblioteca pública municipal que somos, nunca tivemos qualquer intervenção ou apoio por parte desse plano.

Apesar do louvável objetivo de articular os vários agentes de leitura e a Estratégia Regional de luta Contra a Pobreza e ainda o PROSUCESSO, Açores, pela Educação, nós bibliotecas municipais, que em muitos lugares damos apoio mais de perto às populações em geral, somos esquecidas neste desiderato. Se o Plano Regional de Leitura pretendia ter a “dimensão de uma política regional, de natureza abrangente”, isso está a ficar muito aquém do esperado.

A nossa função como bibliotecas municipais passa também por dar apoio às escolas e ao público escolar, nomeadamente através do serviço de biblioteca itinerante que efetivamente funciona nas escolas do 1º ciclo e jardins de infância do concelho. Damos apoio também a toda a comunidade (público escolar, suas famílias, idosos, etc.). A nossa abrangência é total ao nível de faixas etárias, grupos sociais, etc. sem discriminação de qualquer espécie. Isto coaduna-se com o ponto 2 alínea e) do Plano Regional de Leitura, onde se especifica que um dos objetivos é: “e) Melhorar e diversificar as condições de acesso ao livro;”

Para além disso o PRL pretende: “g) Assumir e ampliar o papel das bibliotecas enquanto núcleos difusores de informação e de cultura, centros de educação continuada e pólos de entretenimento onde se estimula a fruição da leitura e o gosto pelo livro.”

Partindo deste pressuposto, torna-se essencial o que vem a seguir no 3.2 Eixo 2 – As condições de acesso ao livro e à leitura que prevêm a: “c) Actualização dos fundos documentais e bibliográficos das bibliotecas públicas e escolares:”

Dada a natureza e independência do poder local, o investimento nesta área da actualização dos fundos bibliográficos das bibliotecas municipais é desde sempre bastante reduzido, nunca alcançando as orientações da IFLA. Segundo esta instituição, todos os serviços de bibliotecas públicas, deveriam ter uma taxa de aquisições de 0,25 volumes *per capita*. Este número nunca foi atingido devido às dificuldades financeiras e constantes cortes nas nossas propostas de aquisição anuais.

Se queremos que este PRL possa “contribuir para a construção de uma sociedade que valorize a leitura e que se torne progressivamente mais qualificada e mais participativa” há que haver mudanças em alguns domínios.

Coloco a seguinte questão: seria pertinente e exequível alocar verbas para aquisição dos livros sugeridos pelo PRL e em vez de distribuí-los apenas às bibliotecas regionais e bibliotecas escolares, incluir também as bibliotecas municipais, que ao fim e ao cabo dão apoio e abrangem toda a Região?

Cada livro aqui colocado está disponível gratuitamente para todos. Esta é sem dúvida a melhor forma de rentabilizar os recursos (porque o mesmo livro “passa de mão em mão”). São os chamados “bens comuns”, que são recursos mantidos em domínio público e que podem ser desfrutados igualmente por uma ou várias pessoas.

Apenas indicar os livros recomendados pode ser pouco. É importante criar essas recomendações, mas será que se está a incentivar a leitura? Detenhamo-nos no facto de que ainda existem várias ilhas onde o acesso a livrarias é desigual, ou ainda nas dificuldades de certas famílias de baixos rendimentos em comprar esses livros. Comprar livros pode não ser a opção mais urgente numa altura de crise, como a que estamos a passar.

É importante haver orientação sobre os livros recomendados, mas mais importante seria o acesso a eles gratuitamente. Isso sim, seria incentivar e promover a leitura de um modo mais abrangente e sem exclusão social. Para isso, e a meu ver, as bibliotecas públicas (regionais e municipais), bem como as bibliotecas escolares seriam as entidades mais capazes de gerir, divulgar, incentivar e promover a leitura.

Portanto, a minha sugestão seria a alocação de verbas para que fossem adquiridos os livros recomendados pelo PRL, e permitir que os mesmos fossem distribuídos por todas as bibliotecas de leitura pública (e não apenas as bibliotecas regionais e escolares). Desta forma estaríamos a promover a leitura junto de todos e para todos (pobres ou ricos, “sem qualquer discriminação seja de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social” e eu acrescento de ilha).

Desta forma cumpriríamos o desiderato de trazer “o livro para o quotidiano, que movimentasse pessoas e ideias, que apostasse na promoção da leitura, enquanto estratégia de intervenção social”, como o menciona a Resolução do Conselho do Governo nº 82/2011 de 6 de junho de 2011.

Este é o papel fundamental das bibliotecas, mas que só consegue ser cumprido convenientemente se possuímos o meios básicos para o fazer, que são os livros.

As bibliotecas, designadamente as municipais, possuem instalações e pessoal, algumas até biblioteca itinerante (como a nossa que vai às escolas), mas infelizmente falta-nos o essencial que são os livros, nomeadamente aqueles que são sugeridos pelo PRL.

É urgente que o PRL deixe de ter apenas o papel de recomendação de livros, mas que cumpra nomeadamente a alínea c) do 3.2 Eixo 2 – As condições de acesso ao livro e à leitura: “c) Actualização dos fundos documentais e bibliográficos das bibliotecas públicas e escolares.”

Além de sugerir, o ideal seria que os disponibilizasse gratuitamente nas infra-estruturas de leitura públicas já existentes, que abrangem toda a Região, inclusive nas ilhas onde não há livrarias nem bibliotecas regionais.

Na minha opinião toda a estratégia é de louvar, mas deveria ter uma componente mais prática, o que a tornaria mais eficaz junto de toda a população.

Daí o meu parecer é de que é muito pertinente o projecto de resolução apresentado, porque de concreto nada se sabe sobre a operacionalização deste programa. A nossa biblioteca continua o seu trabalho de promoção do livro e da leitura, com os meios que temos, mas sem qualquer apoio ou intervenção do Plano Regional de Leitura. Dar sequência ao «Programa Ler Açores» é pertinente e urgente.

Com os melhores cumprimentos

Madalena do Pico, 26 de maio de 2023.



Fernanda Maria Rodrigues Soares Medeiros

(Responsável pela Biblioteca Pública Municipal da Madalena)